



“UM NOME PARA O NORTE”: A CANDIDATURA DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1937

LUIZ MÁRIO DANTAS BURITY

Doutorando em História (PPGH/UNIRIO)

Professor Substituto (CFP/UFCG)

E-mail: marioburity@hotmail.com

Bolsista CAPES

Introdução

A plataforma ideal não sairia feita dos livros alheios e, sim, do espírito que formei. Seria a tessitura de um pensamento político: cada palavra, uma convicção; cada princípio, uma profissão de fé; cada promessa; um ponto de honra.

José Américo de Almeida, 1985[1937], p.49.

Uma multidão de pessoas aglomeradas de ponta a ponta na Esplanada do Castelo, lugar das maiores concentrações públicas no centro do Rio de Janeiro, assistiram o discurso do candidato governista à presidência da República. José Américo de Almeida tomou o microfone ao cair da tarde do dia 31 de julho de 1937, pouco depois da fala de alguns correligionários do seu partido, outras personalidades políticas e representantes da sociedade civil que apoiavam a sua chapa. Era a oportunidade de revisitar os episódios mais marcantes de sua vida, destacadamente sua estadia como ministro, e apresentar o seu programa de governo. O momento era apoteótico na trajetória do intelectual e político. Em nenhuma outra ocasião, a sua imagem pessoal e as suas ideias alcançaram um lugar tão destacado na opinião pública nacional¹.

A oportunidade de concorrer ao posto mais elevado do poder público no país, sobretudo em se considerando a possibilidade real de vencer o pleito, era em tudo bastante singular. Muitos dentre os homens mais respeitados da história republicana jamais estiveram nessa posição. A trajetória política, no final das contas, era apenas um dentre os muitos critérios que interferiam na decisão dos partidos e de suas lideranças por um nome mais apropriado para representá-los nas eleições majoritárias. Naquele

¹Cobertura jornalística do comício da Esplanada do Castelo do *Correio da Manhã*, 01 ago. 1937.

ano de 1937, por uma multidão de razões objetivas e subjetivas, José Américo foi escolhido candidato governista. Eis que, a partir de então, uma multidão de pessoas, os órgãos de imprensa e as lideranças políticas passaram a devotar a ele toda uma atenção especial. Não apenas a sua carreira, mas também a sua vida pessoal foram postas a prova junto com as suas ideias, seus valores e seus projetos de governo.

O objetivo desse texto é discutir a candidatura de José Américo na campanha presidencial de 1937. Isso significa considerar as circunstâncias políticas e sociais nas quais o seu nome foi escolhido pelas lideranças governistas, que sentidos eram atribuídos a ele entre os quadros políticos e o eleitorado. Mas também é imprescindível pensar na produção do seu programa de governo e na maneira como ele foi se modificando ao longo do certame a depender dos acontecimentos do dia e dos espaços pelos quais o personagem passou. Não se pode perder de vista que, já no segundo trimestre daquele ano, era corriqueira na opinião pública a desconfiança de que o presidente, junto com algumas figuras do alto comando do Exército, planejava um golpe que encerrasse as eleições e garantisse a continuidade de seu mandato por tempo indeterminado. A manutenção do trabalho eleitoral, nessas circunstâncias, mais parecia “uma dança sobre o abismo”, parafraseado Juraci Magalhães (1996).

Mediante esse propósito, foram utilizados os conceitos de lugar e espaço, conforme definição de Michel de Certeau (2013[1980]), para compreender a maneira como a trajetória de um personagem, tomada por valores, ideias e atitudes apreendidos de longa data, se tornaram capitais em um momento específico da história do país como uma forma de representar o interesse de toda uma coletividade. Também as definições de Pierre Bourdieu (2018[1989]) no que tange ao conceito de campo político e as concepções de Michel Offerlé (2004[1987]) a respeito do trabalho dos políticos profissionais e da atividade político-partidária foram imprescindíveis na construção desse artigo. A minha hipótese é que a figura de José Américo representou, desde o início dos anos 1930, mas sobretudo a partir da campanha presidencial de 1937, um projeto de poder político e intelectual dos quadros partidários nortistas, mas sobretudo do seu eleitorado, para a República do Brasil.

A documentação consultada envolveu correspondências ativas e passivas de três

personagens estratégicos na organização da candidatura José Américo. Além das cartas e telegramas enviados ou recebidos pelo próprio candidato, foram observados os acervos do seu principal articulador político Juraci Magalhães, então governador da Bahia, e do deputado baiano Artur Neiva, amigo próximo de Juraci e que dispunha de informações capitais quanto aos bastidores das casas legislativas. Também foram analisados os discursos dos comícios publicados na coleção *A palavra e o tempo* (1985[1965]), bem como a cobertura jornalística das eleições feita pelo jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, ocasionalmente também algumas notícias publicadas no *Correio da Manhã*. Além disso, foram usados os livros de memória *Eu e eles* de José Américo de Almeida (1970) e *O último tenente* de Juraci Magalhães (1996).

A escolha do candidato: alguns fragmentos da trajetória intelectual e política de José Américo de Almeida

José Américo de Almeida nasceu no dia 10 de janeiro de 1887 no Engenho Olho d'Água, às proximidades da vila de Areia, interior da Paraíba. Era filho de um senhor de engenho e uma dona de casa, herdeiro dos capitais econômicos e políticos de uma família de proprietários de terras e comerciantes. Formado bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1908, o jovem estudante se ambientou com um universo de ideias liberais e republicanas que o levariam a questionar os princípios do sistema patriarcal do qual era originário. Dessa maneira, entre os anos 1910 e 1920, ele dividia o seu tempo de procurador geral e consultor jurídico do estado com as demandas dos jornais e revistas, nos quais discutia os problemas sociais da República. Leitor assíduo de Euclides da Cunha e Rui Barbosa, construiu a sua carreira pública fazendo críticas à ausência do estado nos sertões brasileiros e defendendo a expansão da cidadania.

Ao tempo em que Epiácio Pessoa encerrava o seu mandato como presidente da República, José Américo foi convidado pelo então presidente do estado da Paraíba Solon de Lucena para produzir um relatório que desse notícia do impacto das obras contra as secas na vida da população sertaneja paraibana. A ideia era fazer uma homenagem ao estadista que tivera a assistência à população atingida pelas estiagens

como uma de suas plataformas políticas. No tempo de seu governo, como explicava Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993[1982]), houve disputas acirradas entre a bancada paulista e os deputados nortistas no que tangia à distribuição do orçamento nacional. Ao passo em que os primeiros entrincheiravam-se em defesa de um subsídio cada vez maior para as safras de café, entendidas como produto mais rentável para a economia nacional, os demais apoiavam o presidente na consecção de recursos para as obras contra as secas.

O relatório foi produto de mais de um ano de pesquisas, entre viagens pelo sertão, consultas a uma vasta bibliografia e documentação, a qual trazia relatos dos impactos das estiagens na vida das populações sertanejas, das migrações sazonais que decorriam desse fenómeno, da ocupação das cidades que não tinham estrutura para assistir adequadamente a todas essas pessoas. O texto foi publicado em livro com o título *A Paraíba e seus problemas* no ano de 1923, reafirmando a posição do seu autor como um especialista no tema das secas. Chamava a atenção da crítica, naquele momento, o seu argumento de que a clamidade pública que decorria nos tempos de estiagem era antes produto das desigualdades sociais e da inoperancia do poder estatal nos sertões que um fenómeno meramente geográfico. Mais tarde, para divulgar essa tese para um público mais amplo, ele escreveu o romance *A Bagaceira* (1928).

Em meados dos anos 1930, José Américo era secretário do presidente de estado da Paraíba João Pessoa. Nessa ocasião, estourou no sertão um conflito armado liderado pelo chefe político do município de Princesa Isabel José Pereira. Ficou a cargo do personagem em questão o comando civil das tropas governistas que deveriam debelar os revoltosos. Algum tempo mais tarde, quando era planejada a Revolução de 1930, esse mesmo sujeito se envolveu com o movimento, assumindo a sua liderança civil, foi também a época na qual ele constituiu relações políticas com os tenentes, em específico com Juraci Magalhães e Juarez Távora, esse último comandante militar das tropas do Norte². Vitoriosa a campanha revolucionária, José Américo representaria as lideranças nortistas no governo. Ele seria nomeado ministro de viação e obras públicas.

Tratava-se de um ministério estratégico na condução da política revolucionária,

²Ainda que a designação Nordeste fosse corrente já à época, os revolucionários tratavam essa região nos documentos ainda com a sua concepção anterior, inspirada na divisão do país em Norte e Sul.

destacadamente para os políticos do Norte. Uma vitória sobre os paulistas na eleição das prioridades orçamentárias do novo regime. Ficava a cargo daquela pasta os projetos de modernização e integração nacional que seriam conduzidos pelo poder público. Isso incluía a construção e administração dos portos, estradas de rodagem e ferrovias, serviços de correios e telegrafos, aviação civil e obras contra as secas. Mediante esse programa, José Américo constituiu um plano ministerial com duas frentes principais. A primeira delas era uma política severa de moralização pública – demissão de funcionários fantasmas, corte de despesas com automóveis entre outras medidas. A segunda era enfrentamento dos problemas sociais do país, destacadamente os casos emergenciais, como a seca que assolou as populações sertanejas no ano de 1932.

Enquanto José Américo, munido do ministério, estabelecia novas prioridades para os investimentos infra-estruturais do país, o tenente Juarez Távora chefou uma instituição recentemente criada com o propósito de unificar a política dos interventores dos estados nortistas. Era devido à Delegacia Militar do Norte administrar os entraves políticos e militares da região, o que implicava em certas prerrogativas dessa instituição junto ao presidente para a indicação dos nomes que deveriam ser escolhidos para ocupar os referidos postos de poder. É possível pensar ainda que, em contrapartida, esse espaço se tornou um lugar para a construção de sociabilidades entre os políticos que tinham por missão comum a afirmação de um lugar mais destacado para os interesses das elites e da população daquela porção do país junto ao poder público nacional. O chefe de comando contava com a assessoria, em um posto de absoluta confiança, dos militares Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca (LOPES, 2014).

Essa coesão dos políticos nortistas entrou em xeque alguns anos mais tarde, quando do declínio do poder pessoal de Juarez Távora e consequente extinção da Delegacia Militar do Norte. Ainda assim, os interesses das demais lideranças da região seguiram parcialmente coesas na expressão de suas bancadas e nas barganhas por projetos e recursos nos ministérios. Eles seguiram fiéis a Getúlio Vargas no Governo Provisório. Isso apesar do abalo na sua base de apoio depois do Movimento de 1932 em São Paulo. Os tenentes, aliás, não foram a favor da imediata constitucionalização do país, em razão da fragilidade com a qual as instituições ainda se encontravam para a

segurança militar e política dos propósitos da Revolução de 1930. José Américo manifestou uma opinião particular a respeito do assunto. Ele defendia a manutenção do regime descricionário por mais um ano, até que os revolucionários fiéis ao governo montassem um partido de expressão nacional (LIRA NETO, 2013).

Apesar da posição contrária à constitucionalização, os revolucionários nortistas foram estratégicos para assegurar que o processo corresse em acordo com os interesses da base aliada do presidente. Juraci Magalhães, nesse momento interventor do estado da Bahia, fundou o Partido Social Democrático da Bahia, o qual contou com uma campanha de filiação forte nos municípios, e teve um resultado surpreendente, responsável pela desarticulação da coligação autonomista que lhe fazia oposição: “Conseguí eleger vinte representantes [de classe] e vinte e dois deputados federais no pleito de maio de 33, a bancada mais numerosa que qualquer líder da revolução tinha podido levar à Constituinte” (MAGALHÃES, 1996, p.151).

Nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934, José Américo trabalhou enquanto ministro, atividade prevista no regimento, acompanhando as discussões e fazendo uso da palavra quando acreditou necessário. Juraci Magalhães mobilizava os aliados no entorno das causas governistas. O líder da bancada baiana, Artur Neiva, a propósito, dava-lhe notícias em uma de suas correspondências quanto aos resultados daquele investimento: “PSD não mediu sacrifícios; o bloco não se desfez; ninguém discrepou”³. Foi por meio dessa articulação, a propósito, que os referidos sujeitos conseguiram assegurar as eleições indiretas para presidente da República, antes do término dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1934, bem como a candidatura e subsequente vitória de Getúlio Vargas.

A nova constituição previa eleições majoritárias diretas no início de 1938. Alguns acontecimentos, no entanto, levaram a opinião pública a desconfiar de que essa medida fosse realmente executada na data prevista. Eleito e empossado o presidente, o professado período constitucional foi um tempo de instabilidades políticas de toda ordem. As fundações da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB) implicaram em um acirramento das discussões que tomavam a cena

³Carta de 22jun. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

pública, mas que ainda caminhavam no âmbito da ação política. Aconteceu que, tão logo foi conflagrado o Levante Comunista de 1935, Getúlio Vargas solicitou ao congresso o estado de sítio e, no mês seguinte, do estado de guerra, que suspendia temporariamente as garantias constitucionais prejudiciais à segurança nacional. Assim se manteve até meados de 1937, quando o congresso impediu mais uma prorrogação.

Em julho de 1934, uma greve de bancários, marítimos e telegrafistas pressionou o pedido de demissão de José Américo do Ministério de Viação e Obras Públicas⁴. Getúlio Vargas, em contrapartida, ofereceu-lhe a Embaixada do Vaticano. Antes que partisse para a Itália, no entanto, a elite política paraibana, a pedido do próprio presidente, começou a articular a sua campanha para o Senado. Eleito senador, o seu nome seria cogitado para a presidência da casa, mas ele abdicou dessa posição em razão das intrigas políticas, pedindo a Getúlio a nomeação para o Tribunal de Contas da União. Naquela instituição, podia resguardar-se dos conflitos que afetavam a sua imagem depois da saída do ministério e do senado. Acontecia que, àquela altura, algumas das lideranças políticas, sobretudo as que seguiam próximas ao presidente, começavam as suas articulações para as eleições majoritárias que se aproximavam.

Em meados do ano de 1936, começou a ser ventilada a possibilidade de uma candidatura única, que resultasse de um acordo entre as lideranças revolucionárias e com o aval do presidente. Essa aparecia como uma solução mais segura, diante do momento de instabilidade democrática, para que fosse preservada a constituição e para que o projeto revolucionário, do qual tanto se falava, continuasse em curso. A ideia teria sido sinalizada, em um primeiro momento, ao chefe da nação. Juraci Magalhães (1996) contava em suas memórias que, nessa ocasião, Getúlio Vargas pareceu não oferecer qualquer resistência. A essa altura, no entanto, uma parcela significativa da elite paulista já fazia seus encaminhamentos para lançar a candidatura de Armando de Sales Oliveira, tivesse ou não o apoio do Palácio do Catete. Eram oferecidos jantares e reuniões com políticos no propósito de encaminhar a campanha do governador.

Juraci Magalhães foi a São Paulo, onde pretendia negociar a saída do candidato paulista. No meio da conversa, no entanto, Pisa Sobrinho entrou no gabinete portando

⁴*Diário de Notícias*, 13 de julho de 1934, p.1.

um recado de Valder Sarmanho, assessor direto do presidente, desautorizando o governador baiano a falar em seu nome. Dessa maneira, a conversa foi encerrada sem que se chegasse a nenhuma conclusão. Enquanto isso, no final de junho, Agamenon Magalhães, então ministro do trabalho, começou a sondar os chefes dos maiores estados sobre a proposta de adiar o mandato do presidente e dos governadores, o argumento era que a revolução ainda não estivesse segura. Juraci Magalhães (1996) narrou em suas memórias que não deu qualquer resposta e solicitou audiência com o presidente. No encontro, ele teria recuado da ideia. A consulta havia recebido negativas de Carlos de Lima Cavalcanti de Pernambuco; Protógenes Guimarães do Rio de Janeiro; Flores da Cunha do Rio Grande do Sul; e Armando Sales de São Paulo (CAMARGO *et al*, 1989).

Devido aos sucessivos estremecimentos com as principais lideranças do movimento revolucionário, Getúlio Vargas ficava cada vez mais isolado politicamente. Em meados do ano de 1936, a questão sucessória despontava na arena pública com cada vez mais força. O presidente fugia do tema sempre que possível e a discussão era, assim, adiada por mais um tempo. Enquanto isso, ele tratava de afastar do páreo qualquer nome que ganhasse força na disputa. Foi o que aconteceu com Antonio Carlos. Isso principalmente porque, por ocasião das candidaturas à presidência da Câmara, Getúlio apoiou o também mineiro Pedro Aleixo, que venceu o pleito, desarticulando as forças políticas do oligarca dentro de sua própria bancada (CAMARGO *et al*, 1989).

O ministro de relações exteriores Macedo Soares, mediante sinalização do presidente de que poderia ser ele o candidato governista, abdicou do cargo. A constituição vetava a participação dos ministros de estado no processo eleitoral e o prazo final para o desligamento era o dia 2 de janeiro. Tratava-se de um nome capital para o governo. Àquela altura, Armando Sales ganhava expressão no cenário nacional. Assim, a nomeação de outro paulista era uma maneira de fazer concorrência à sua escalada dentro do seu estado de origem. Mas a demissão do ministro só seria publicada no diário oficial no dia seguinte ao prazo, por ordens advindas do próprio Palácio do Catete, criando dúvidas quanto à legalidade da candidatura (CAMARGO *et al*, 1989).

O ano de 1937 começou em meio a esse clima de incertezas. Passada a primeira quinzena do mês de janeiro, a imprensa voltava a falar no nome de José Américo como

possível candidato governista. O movimento começou no *Correio da Manhã* por meio das especulações do jornalista Assis Chateaubriand: “é dos mais falados, por muitos motivos, inclusive pela circunstância de haver sido uma das principais figuras da revolução e do governo provisório, com a circunstância de ter ao seu lado o norte do país”⁵. Desde então, a notícia ganharia repercussão em outros veículos. No dia 19 de janeiro, *O Globo* publicou uma entrevista com o pretense candidato, a qual foi replicada no *Diário de Notícias*. Na oportunidade, ele criticou a política do presidente de queimar candidaturas, mas ponderava que “só poderia ser queimado, se andasse aceso”⁶. A tática de queimar candidaturas se tornava cada vez mais explícita na opinião pública, tanto que não demorou muito para virar motivo de chacota na imprensa e no teatro.

Ainda em janeiro, alguns dos principais revolucionários passaram a propor a composição de uma lista tríplice, construída consensualmente, que deveria ser levada ao presidente para que ele escolhesse um candidato. Dessa maneira, no final de janeiro, foi organizado um encontro com os governadores da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e suas bancadas no congresso, na cidade do Rio de Janeiro. Feito isso, teriam ido todos ao encontro de Cardoso de Melo Neto, governador de São Paulo. Saindo de lá, Juraci Magalhães e Benedito Valadares seguiram para Poços de Caldas, onde pretendiam continuar as negociações. A viagem gerou boatos de todos os tipos, dizia-se que a proposta era fazer o candidato paulista recuar em favor de José Américo⁷.

No dia 31 de janeiro de 1937, discutia-se a viagem de Getúlio Vargas de Petrópolis para Poços de Caldas, onde encontraria os correligionários⁸. Mais uma vez não houve respostas conclusivas. As negociações seguiriam, assim, na esperança de uma nova convenção com os governadores. Os meses se passavam e, em meio a isso, três personagens passaram a aparecer com maior recorrência na imprensa: Macedo Soares, Osvaldo Aranha e José Américo. Também datou desse momento a associação cada vez maior do nome do ex-ministro de viação e obras públicas à influência de Juraci Magalhães, ainda que Medeiros Neto continuasse a ser o nome de sua preferência.

⁵*Correio da Manhã*, 16 jan.1937, p.4.

⁶*Diário de Notícias*, 21 jan.1937, p.5.

⁷*Diário de Notícias*, 28 jan. 1937, p.4.

⁸*Diário de Notícias*, 31 jan.1937, p.5.

A lista tríplice era discutida na opinião pública e movimentada pelas lideranças governistas. Em correspondência a Juraci Magalhães, Artur Neiva citava Medeiros Neto, José Américo e Armando Sales⁹. Enquanto isso, Osvaldo Aranha falava na imprensa em pelo menos dez nomes habilitados para a campanha presidencial¹⁰. As notícias corriam com imprecisão. Na carta a Juraci do dia 24 de abril, Artur Neiva avaliava o cenário político e as possibilidades de golpe que estavam postas: “Até hoje, o Getúlio não conseguiu dissipar totalmente a impressão de que deseja continuar. Os desmentidos surgem da gente que o rodeia”. O medo de que o presidente permanecesse no poder depois do término do período constitucional do seu governo era constante na opinião pública e entre as lideranças políticas. Tinham motivo para isso, sobretudo por causa das sucessivas intervenções federais nos estados. Começou com Maranhão e Mato Grosso, depois Distrito Federal e, por fim, Rio Grande do Sul. Mais do que isso, havia alguma desconfiança quanto à posição dos militares.

No dia 25 de abril, José Américo foi a Petrópolis, onde teve uma longa conversa com o presidente no Palácio Rio Negro¹¹. Não foram encontradas outras informações que dessem notícia do assunto e nem das consequências que ela teria provocado. O *Diário de Notícias*, no entanto, deu nota de que, encerrada a reunião, o ex-ministro de viação e obras públicas teria usado o Telégrafo Nacional para uma longa conferência telegráfica com Juraci Magalhães¹². Por meio dos telegramas expedidos e recebidos quase que imediatamente por um e outro, era possível estabelecer uma comunicação mais rápida, ainda que suscetível à interceptação de qualquer um que, dispondo do instrumento e captando a frequência certa, registrasse a mensagem. Os dois políticos, por essa época, provavelmente já estavam afinados no propósito de assegurar um candidato que defendesse os interesses dos estados nortistas.

Em princípios de maio, a questão estava posta e restava pouca dúvida quanto ao nome que seria escolhido. Mais ou menos nesse período, Benedito Valadares tomava a frente como coordenador da campanha governista. Ele presidenciaria a convenção do

⁹Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹⁰*Diário de Notícias*, 9 abr. 1937, p.4.

¹¹*Diário de Notícias*, 25 abr. 1937, p.8.

¹²*Diário de Notícias*, 27 abr. 1937, p.10.

partido que escolheria o candidato, bem como o comitê que se estabeleceria a partir de então¹³. Aquela, porém, era uma decisão controversa. O governador mineiro era demasiado próximo do presidente. Conceder a coordenação da campanha a ele era uma forma de controlar o trabalho eleitoral, mas também de estar por dentro das estratégias desses personagens para dar sequência ao programa político e ao projeto democrático do candidato. Às vésperas convenção, marcada para 25 de maio de 1937, José Américo foi convidado oficialmente para liderar a chapa governista. Na ocasião, seu nome foi confirmado por aclamação como candidato à Presidência da República.

Da construção do programa político ao golpe de estado

O essencial, agora, é que se prepare propício ambiente para um pleito livre de que saia fortalecido o prestígio moral do candidato escolhido soberanamente pelo povo brasileiro.

Juraci Magalhães, 1937¹⁴.

Encerrada a convenção no Palácio Monroe, era hora de começar os trabalhos de campanha. José Américo fez uma declaração à imprensa no dia seguinte e se comunicou por carta com Benedito Valadares, Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti. A partir de então, ele se empenharia em conceder entrevistas, enquanto preparava o seu programa de governo. Enquanto isso, Juraci Magalhães arregimentava alianças nas mais variadas localidades do país. O governador, ainda na última semana de maio, enviou dezenas de cartas pedindo apoio a lideranças regionais estratégicas na condução do trabalho eleitoral. Em pouco mais de uma semana, era possível flagrar centenas de respostas na caixa postal do palácio parabenizando a escolha do candidato.

Na capital federal, a montagem do comitê oficial aconteceu junto às discussões da prorrogação ou não do estado de guerra pelo Congresso Nacional. As medidas autoritárias do presidente estavam em baixa na opinião pública e a pauta só serviu para atrapalhar a campanha do candidato governista. Em todo caso, em meados de junho, começavam os trabalhos, que deveriam ser coordenados por Benedito Valadares. Artur Neiva, que havia participado ativamente do cotidiano da instituição, dava notícias a

¹³*Diário de Notícias*, 8 mai. 1937, p.4.

¹⁴*Diário de Notícias*, 27 mai. 1937, p.5.

Juraci Magalhães, nas quais exprimia sua preocupação com o ritmo dos trabalhos:

Vejo os paulistas com seu espírito de organização trabalhando intensamente. Já alugaram um pavimento interno de um arranha-céu, tendo distribuído os setores para a ação de propaganda com os responsáveis. Nós, até agora, não realizamos tal coisa; e ainda não sei quando o faremos¹⁵.

O deputado falava dos estranhamentos que vinha percebendo nas relações entre Pedro Aleixo e Benedito Valadares. Havia a possibilidade de um rompimento entre os dois mineiros e, com isso, a associação do presidente da câmara e parte das lideranças de seu estado ao candidato paulista. Além disso, contava ele, havia estado com José Américo, com quem teve mais de uma hora de conversa. A respeito desse encontro, relatava: “vou lhe dar, com a franqueza habitual, as minhas impressões. Achei o nosso candidato excessivamente otimista, e me parece que não gosta de analisar os fatos quando estes não são inteiramente agradáveis”. O candidato dedicava-se integralmente à campanha, estava confiante da realização das eleições e de sua vitória.

Em 19 de junho, ele fez o seu primeiro discurso oficial de campanha na abertura dos trabalhos do comitê mineiro, a convite de Benedito Valadares, em Belo Horizonte¹⁶. Nessa oportunidade, se apresentou ao povo, dizia ser filho da hinterlândia e muito ter trabalhado por sua gente. Fizera isso como ministro, construído estradas e outras obras de desenvolvimento econômico. Além disso, retomava o período mais famoso do livro *A Bagaceira* para apresentar um valor que julgava importante – “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”. No mais, criticava o autoritarismo: “Juremos todos, pelas cinzas repatriadas dos vossos mártires, que não se destruirá a liberdade dos brasileiros, com falsos regimes de autoridade, que não passariam de regimes de submissão” (ALMEIDA, 1985[1965], p.44).

Apesar das críticas, a marca oficial dava instrumentos para a imprensa oposicionista associar a campanha José Américo com as atitudes centralizadoras adotadas por Getúlio Vargas. Às vésperas do primeiro comício na capital, o Congresso aprovou a intervenção no Distrito Federal¹⁷. O evento teve vez no dia 31 de julho na

¹⁵Carta de 15 jun. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

¹⁶*Diário de Notícias*, 19 jun. 1937, p.4.

¹⁷*Diário de Notícias*, 24 de julho de 1937, p.4.

Esplanada do Castelo. Ainda assim, o candidato fez um discurso longo e voltado à gente trabalhadora. Essa maneira de arregimentar eleitores e eleitoras dizia respeito a uma forma de fazer campanha que estava se tornando mais comum. Era a política das massas, que estabelecia uma comunicação mais direta entre o candidato e o eleitorado, ainda que os quadros partidários seguissem indispensáveis para o sucesso da chapa¹⁸:

Já conquistei a convenção solene dos partidos. Só me faltava esta, ao ar livre, sem luxo, sem fogos de artifício, sem artifício nenhum. O povo que não vai às festas e vem aqui de roupa de trabalho não quer outro cenário. Fica satisfeito, debaixo do céu, revendo os quadros eternos e sempre novos da terra miraculosa e a cidade inquieta que sobe e desce, nos seus contrastes humanos. Tudo natural, tudo de graça, tudo dado por Deus para os que não podem ter fantasmagorias suntuosas (ALMEIDA, 1985[1937], p.47).

Foi tomado por essa imagem que José Américo apresentou ao público o algumas de suas ideias e dos valores que julgava imprescindíveis à realização de um governo republicano: “O que importa, muito mais do que a proliferação das iniciativas fáceis, são as qualidades morais da ação”. E seguia: “É o caráter que constrói: a coragem das resoluções; o entusiasmo fecundo; o método; a tenacidade; a resistência aos interesses contrários e, acima de tudo, espírito público” (ALMEIDA, 1985[1937], p.50). Explicou as medidas moralizadoras que tomara enquanto ministro, mas deu maior ênfase ao programa de assistência social para os grupos em situação de vulnerabilidade, “não deixemos a ralé passar necessidade”. Insistia nesse ponto com a máxima “eu sei onde está o dinheiro”, sugerindo que poderia mudar as prioridades orçamentárias do governo para sanar as necessidades mais calamitosas da população.

A estratégia parecia estar dando certo, tanto que foi com entusiasmo que Artur Neiva deu notícia a Juraci Magalhães do clima político na capital federal em princípios de agosto. “O êxito do comício pró José Américo no Castelo foi verdadeiramente extraordinário e desorientador para os nossos adversários que agora vivem a explorar as ideias defendidas com tanto brilho e elevação pelo nosso candidato”¹⁹. Ele dizia ter ouvido de outro deputado que o candidato faria uma revolução social. A candidatura passava a representar, portanto, não apenas certos setores de uma elite política

¹⁸A respeito das definições de campanhas de quadros e de massas, ver Maurice Duverger (1981).

¹⁹Carta de 3 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

revolucionária, mas também uma ampla massa de eleitores, em sua maior parte trabalhadores urbanos e rurais, em especial nortistas. A partir de sua defesa das obras contra as secas e da moralidade pública, a qual se expandia para a melhoria nas condições de vida do operariado urbano, formava-se toda uma ideia de que os problemas sociais deveriam estar no cerne das políticas estatais.

Algumas semanas mais tarde, no entanto, o jogo parecia virar mais uma vez. A partir desse momento, o projeto de poder nortista que havia se desenhado para aquelas eleições perdia seus alicerces para as incertezas do momento político. A imprensa oposicionista voltava a associar o candidato governista à política autoritária do presidente. Além disso, denunciava o uso que os governadores estavam fazendo dos periódicos e das rádios oficiais para dar voz à campanha situacionista. Citavam os jornais de Minas Gerais e da Paraíba, também a Rádio Inconfidência de Belo Horizonte e o sistema de radiodifusão do Departamento Nacional de Propaganda²⁰. No dia 24 de agosto, a convite de Juraci Magalhães, ele faria um comício na Bahia, na qual retomava a pauta das obras contra as secas e desmentia as notícias de que haveria um golpe. O impacto, porém, não foi o mesmo. A imprensa armandista falava de um candidato que já não tinha apoio de seus quadros partidários e nem a mesma força com as massas. Chegavam a acusá-lo de comunista. No *Diário de Notícias*, cogitava-se até mesmo a substituição do titular da chapa, assunto que chegou aos governadores²¹.

A situação política se acirrava e os boatos de que haveria um golpe se tornavam cada vez mais recorrentes na opinião pública. Artur Neiva, a título de exemplo, falava em suas correspondências do esvaziamento e da crise de financiamento do comitê da capital federal, o que seria um sinal das poucas expectativas que as lideranças aliadas tinham na continuidade daquele pleito eleitoral: “a escassez de dinheiro é total”²². Apesar disso, José Américo continuava a sua campanha pelo país. Em 27 de setembro, ele participou do comício de Niterói. Em outubro, voltava a ser discutida pelo governo a possibilidade de um novo decreto de estado de guerra. O ministro de justiça Macedo Soares insistia que isso não empataria o curso da eleição. Ao mesmo tempo, divulgava-

²⁰*Diário de Notícias*, 5 ago. 1937, p.2.

²¹*Diário de Notícias*, 3 set. 1937, p.4.

²²Carta de 20 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

se na imprensa que Benedito Valadares abandonara a coordenação da campanha²³. Não era mentira. A essa altura, o governador mineiro confabulava o golpe de estado.

O estado de guerra arrefeceu o encaminhamento das campanhas, atrapalhando o processo democrático. O argumento dos militares era a pretensa descoberta do Plano Cohen – um plano soviético de depredações e incêndios no território nacional brasileiro – o qual se descobriu posteriormente ter sido orquestrado pelo capitão do estado maior Olímpio Mourão. Em meio a esse cenário, José Américo chegou a propor a renúncia de sua candidatura, podendo negociar também a retirada de Armando Sales, em nome de um terceiro candidato, mas não teve resposta de Getúlio Vargas. Algumas semanas mais tarde, os dois candidatos encerravam as suas atividades de campanha. No dia 10 de novembro, antes que a opinião pública se rearticulasse, foi outorgada uma nova constituição e decretado o Estado Novo (CAMARGO et al, 1989).

Considerações Finais

O pleito marcado para o dia 3 de janeiro de 1938 seria a primeira eleição majoritária direta depois da Revolução de 1930. Também seria a primeira vez na qual o grupo que chegara ao poder naquela ocasião não seria representado por Getúlio Vargas. Em sendo assim, é importante pensar de que maneira as lideranças revolucionárias se organizaram no propósito de disputar o posto de candidato governista. José Américo atendia aos pré-requisitos históricos. Tratava-se de um combatente da primeira hora, reconhecido em âmbito nacional e respeitado pelos governadores. Mas o que estava em jogo era mais do que isso e, nesse sentido, não era de se estranhar que ele tivesse ao seu lado uma figura como o tenente e governador baiano Juraci Magalhães. Tratava-se do representante de um projeto de poder político e intelectual nortista, construído desde muito tempo, mas que naquela circunstância se materializava no entorno das ideias e dos valores de um personagem específico.

Não foi à toa que, em diferentes momentos da campanha, o personagem tenha se referido a dois momentos particulares de sua trajetória. A mais antiga delas era a sua

²³*Diário de Notícias*, 1 out. 1937, p.1; *Diário de Notícias*, 3 out. 1937, p.4.

produção intelectual, quando se dedicou ao estudo das condições de vida das populações sertanejas por decorrência da estiagem e do abandono com o qual o poder público tratava aquela gente. Imagem essa que era resultado de suas pesquisas, mas também do que era discutido nos anos 1920, sobretudo entre os círculos literários do Norte. O outro momento foi a sua estadia como ministro de viação e obras públicas, quando ele se dedicou a transformar essa inquietação em um programa ministerial. Dessa maneira, investiu parte do orçamento daquela instituição nas obras contra as secas, além de outras atividades relacionadas à pauta da assistência social e do desenvolvimento econômico das regiões mais afastadas das capitais, o que não se poderia fazer sem uma política severa de moralização pública.

O referido projeto de poder, no entanto, naufragou junto com os preceitos constitucionais e o horizonte democrático que a eleição de 1938 prometia. Ainda assim, não se pode desconsiderar o seu significado no momento em que ele foi constituído, nem o que ele representava para as pessoas que construíram expectativas sobre ele. Digo isso em resposta à interpretação que Aspásia Camargo *et al* (1989) no livro *O golpe silencioso: as origens da República corporativa* construíram no que tangia às candidaturas que estavam no pleito, a qual considerava o golpe uma resposta à tentativa de José Américo de Almeida de transformar seu populismo embrionário em modelo nacional e de Armando de Sales Oliveira de implementar um débil liberalismo no país. No que tangia ao primeiro candidato, que foi o mais estudado nesse texto, a proposta que se desenhava era mais do que isso. Prometia-se um país democrático, com um programa de governo construído em um diálogo com as massas, baseado na *expertise* intelectual do seu gestor, tendo como valor a moralidade pública e como programa fundamental a assistência social.

Referências

ALMEIDA, José Américo de. *A palavra e o tempo: 1937-1945-1850*. Rio de Janeiro: José Olympio; João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1985[1965].

ALMEIDA, José Américo de. *Eu e eles*. Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2 ed. Lisboa:

Edições 70, 2018[1989].

CAMARGO, Aspásia; PANDOLFI, Dulce; GOMES, Eduardo; D'ARAÚJO, Maria Celina; GRYNSPAN, Mário. *O golpe silencioso: as origens da República corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013[1980].

DUVERGER, Maurice. *Les parties politiques*. Paris: Seuil, 1981.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa, PB: UFPB, 1993[1982].

LIRA NETO. *Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Raimundo Helio. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 319f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.

MAGALHÃES, Juraci. *O último tenente*. Depoimento a J. A. Gueiros. Rio de Janeiro: Record, 1996.

OFFERLÉ, Michel. *Los partidos políticos*. Traducción de Cristián Vila Riquelme. Santiago: LOM, 2004[1987].